

NOVAS TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO: PARCERIAS EM DEBATE

Erineu Foerste*

Gerda Margit Schutz Foerste**

Resumo: O presente artigo enfoca as mediações das Novas Tecnologias (NT) na formação de professores da modalidade Educação a Distância (EAD) na Universidade Federal do Espírito Santo. A investigação parte de questionamentos sobre as mediações das Novas Tecnologias na formação docente em escolas do campo. A pesquisa permite identificar novas tendências teórico-metodológicas, mediadas por espaços interativos produzidos a partir da introdução de novas tecnologias no processo de ensino na modalidade a distância.

Palavras-Chave: Mediação; Formação de Professores; Educação a Distância.

Abstract: This paper focuses on the mediations of New Technologies (NT) in teacher's training for Distance Education (DE) at the Federal University of Espírito Santo. The research begins with questions about mediation of New Technologies in teacher's training for countryside schools. This research identifies new theoretical and methodological tendencies, mediated by interactive spaces produced from the introduction of new technologies in the process of Distance Education.

Keywords: Mediation; Teacher's Training; Distance Education.

Considerações iniciais

Entendemos por educação do campo as práticas educativas em contextos sociais onde a agricultura familiar constitui-se como dimensão cultural articuladora das condições materiais e simbólicas de produção concreta das vidas dos povos tradicionais camponeses (MERLER; CALIARI; FOERSTE; PAIXÃO, 2013). A educação do campo caracteriza-se como prática intercultural nas lutas coletivas por direitos sociais (FORNET-BETANCOURT,

* Professor do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória-ES, Brasil. erineufoerste@yahoo.com.br

** Professora Departamento de Linguagens, Cultura e Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória-ES, Brasil. gerda_foerste@yahoo.com.br

2001), como prática de libertação dos oprimidos (FREIRE, 1970; 1996) e como resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento e progresso das elites (SEMERARO, 2009). No Brasil, o acesso do filho do trabalhador à escola é negado ao longo de toda a história nacional. A falta de escolas, a frágil formação docente, as precárias instalações, a baixa qualidade e a falta de políticas públicas de educação são algumas questões que se apresentam de forma recorrente no país quando falamos da educação do trabalhador do campo e das cidades. Sabemos que ao longo dos quinhentos anos de exploração da terra e de seus trabalhadores, muitos foram os enfrentamentos, por vezes sangrentos (Contestado e Canudos, por exemplo), que buscaram transformar esta realidade. Mesmo com as lutas dos movimentos sociais de nosso tempo, como o Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros, a escola campestre não é ainda uma conquista plena.

O presente artigo analisa, a partir de uma abordagem qualitativa de práticas educativas (FLICK, 2010; BOHNSACK, 2003; FICHTNER, 2003) desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, na Modalidade a Distância, com o Programa Educação do Campo do Centro de Educação, em parceria com os movimentos sociais, com a Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo – SEDU e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

Parcerias na educação do campo

A prática da parceria na formação de professores encontra um terreno favorável para se difundir enquanto política pública, considerando-se as grandes transformações econômicas e políticas na virada do milênio. A necessidade de se repensar as bases que servem de sustentáculo ao processo de formação docente é um dos pontos bastante consensuais.

Mais recentemente, tanto nos órgãos da administração pública como entre o professorado e no meio acadêmico, esta parceria é usada como uma prática emergente de colaboração, cooperação, partilha de compromissos e responsabilidades, etc (FOERSTE, 2005). Nem sempre esses atores sociais e institucionais estão compreendendo essa prática da mesma forma.

A diversidade de termos e significados associados à parceria deve ser considerada um aspecto relevante, merecendo maiores cuidados, face às questões de poder envolvidas na

problemática. Os embates estabelecidos entre o governo e o professorado, a partir das reformas oficiais de caráter neoliberal, estão mostrando um dado que não deveria ser desprezado: quanto mais clareza terminológica e conceitual tiverem os profissionais do ensino, a academia e movimentos sociais, tanto mais aumenta sua capacidade de argumentar e negociar com os órgãos da administração educacional, hoje tomados por uma necessidade voraz de realizar reformas nos campos de sua atuação, em especial no da educação. Estudos mostram que práticas de parceria na formação de profissionais do ensino básico estão carregadas de funções decisivas na implementação de políticas oficiais em educação, nem sempre garantindo os direitos dos educadores nas suas lutas por um maior reconhecimento e valorização social dos docentes.

Esta prática social apresenta uma configuração complexa marcada por contradições cujas contribuições para o debate pela reformulação dos cursos de licenciatura e formação de professores de modo geral na universidade não podem ser desconsideradas hoje. Assim, nosso grupo de pesquisa com registro no CNPq, intitulado *Culturas e Parcerias na Educação do Campo*, coloca como objetivos centrais levantar e analisar produções acadêmicas sobre a problemática em discussão, com o desafio de estimular a construção de linhas de pesquisas no processo de formação inicial e continuada de professores, que investiguem em nosso país questões relacionadas a essa tão desafiadora e atual temática. Também já acumulamos discussões que reportam aos processos de pesquisa sobre a problemática em tela no contexto brasileiro nos anos 50 e 60, quando foram implementados os primeiros programas interinstitucionais na formação de profissionais para o ensino. Investigamos uma das experiências mais desenvolvidas e bem sucedidas na parceria para a formação de professores para a educação básica ao longo das últimas décadas (LÜDKE; FOERSTE, 2003; FOERSTE, 2005).

Tomado este referencial teórico-prático enquanto objeto de estudo é possível afirmar que a colaboração entre profissionais da educação básica, das equipes da academia e movimentos sociais envolvidos com os processos de socialização profissional de professores caracteriza-se como uma das alternativas concretas para fazer face ao movimento por uma maior valorização do trabalho docente, favorecendo a construção da sua autonomia e identidade profissional, com vistas à consolidação da construção coletiva de uma escola pública de qualidade para todos. A parceria tem ajudado nas lutas pela organização de espaços

coletivos de interlocução do magistério, buscando reduzir barreiras entre pesquisadores da educação, professorado do ensino básico e sociedade em geral, sobretudo com setores de resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento do capitalismo internacional. Ao mesmo tempo, a parceria tem contribuído para validar a ação reflexiva no trabalho docente enquanto prática desenvolvida de forma partilhada entre escola básica, universidade e movimentos sociais. Todavia, há que se considerar uma tendência internacional de apropriação, por parte do poder público, do discurso da profissionalização do ensino para legitimar reformas educacionais que nem sempre estão resultando numa efetiva valorização do trabalho docente e fortalecimento da escola pública.

Do ponto de vista do debate acadêmico, as abordagens tradicionais na formação inicial e continuada, com hipertrofia do saber acadêmico e uso de tecnologias convencionais, sobejamente discutidas e criticadas no meio educacional brasileiro, parecem estar abrindo algumas brechas com experiências concretas de parceria, cedendo lugar para inovações colaborativas, negociadas coletivamente, com uso de novas tecnologias. O crescente reconhecimento de uma epistemologia assentada sobre pressupostos da prática profissional, pouco prestigiada em cursos de licenciatura ao longo do tempo, é o aspecto mais enfatizado nesse movimento emergente. Há aqui uma dimensão que se destaca: o professor vai aos poucos sendo compreendido e compreende-se como sujeito de sua formação, na condição de interlocutor qualificado da universidade na formação de profissionais do ensino e na produção de conhecimento educacional, com mediação das chamadas novas tecnologias de informação. Até então, quando a academia se aproximava das escolas, observava-se que nesse movimento ela era mobilizada para dar respostas a problemas concretos do cotidiano escolar, geralmente por meio de “pacotes acadêmicos”. Essa perspectiva tradicional de integração da academia com a escola básica era movida antes mais com o objetivo de resolver problemas para o professor do que para valorizar processos reflexivos em colaboração a partir das experiências docentes, enfim, dos saberes do profissional do ensino, construídos na prática profissional. Esta discussão toma especial relevo quando se direciona para a educação do campo, sobretudo com o uso de novas tecnologias de informação.

Um novo profissionalismo docente ou a construção coletiva de uma cultura profissional do professor como sujeito de sua profissão, marcado pela cooperação, solidariedade e diálogo nas diferenças (gênero, raça, religião etc.) entre os profissionais do

ensino leva à necessidade de um engajamento cada vez mais crescente do magistério nas lutas por um maior reconhecimento público de seu trabalho na sociedade (NÓVOA, 1995). Trata-se de um outro ethos profissional docente. O pensar e fazer na profissão do ensino constituem faces de um complexo processo de socialização profissional num mundo em constante transformação. Essa discussão ganha impulso com os debates que se ocupam em pesquisar os saberes da prática pedagógica e suas repercussões no desenvolvimento profissional do docente, na construção da identidade profissional do professor, notadamente do professor do campo. Como o trabalho colaborativo entre professores da escola básica, universidade e movimentos sociais do campo, mediado pelas novas tecnologias, pode fortalecer as lutas por educação do campo?

Uma experiência do uso de novas tecnologias na formação de professores

Em 2001 a UFES implementou o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia de 1^a a 4^a Séries na Modalidade Aberta e a Distância em treze Centros Regionais de Educação Aberta e a Distância no interior do Estado do Espírito Santo, em cujo processo a introdução de novas tecnologias colocou a promoção do desenvolvimento profissional docente como compromisso interinstitucional. Num total de três entradas, formaram-se 6.152 professores. O currículo desse curso não atendeu às demandas dos estudantes (professores da Secretaria Estadual de Educação do ES e Secretarias Municipais de Educação). Ocorre que a maioria dos graduandos eram professores que atuavam em escolas de contexto campesino. Todavia, o projeto pedagógico do curso não contemplava discussões acadêmicas e práticas acumuladas sobre a problemática. De certa forma, esta constatação demonstra a existência de um paradoxo, visto que a UFES já vinha desenvolvendo o Curso de Pedagogia da Terra (FOERSTE, 2004), que tinha como um dos principais objetivos a formação de educadores do campo para atuarem em assentamentos de reforma agrária.

Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Campo

No segundo semestre de 2005 a Secretaria Municipal de Educação de Laranja da Terra manifestou preocupação para o Centro de Educação da UFES sobre esta fragilidade. As

prefeituras dos municípios de Vila Pavão e de Domingos Martins mostraram interesse em tomar parte da parceria que se iniciava. Em 2008 ingressaram nesse trabalho interinstitucional as Secretarias Municipais de Educação de Marechal Floriano e Santa Maria de Jetibá. Encaminhamentos decorrentes dessa colaboração entre a Universidade com aqueles órgãos da administração municipal lançaram desafios para a realização de diagnósticos e elaboração de um projeto de formação continuada de professores do campo que haviam cursado a referida Licenciatura Plena em Pedagogia.

Assim teve início o projeto piloto intitulado *Formação Continuada de Professores do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos*. Considerando a particularidade das comunidades atendidas por este projeto, foi dada especial atenção aos saberes campestinos e dimensão intercultural. Os municípios parceiros têm sua economia organizada a partir da agricultura familiar. Do mesmo modo, buscou-se atender às culturas dos grupos étnicos presentes nos respectivos municípios (quilombolas, pomeranos, italianos, agricultores familiares, etc.).

Partindo de perspectivas interinstitucionais das políticas afirmativas para a inclusão social de grupos étnicos minoritários, há que se investir na formação de formadores para a educação de base de qualidade. A formação inicial e continuada dos professores que atuam em comunidades campestinas não atende satisfatoriamente às especificidades da educação do campo. A construção coletiva de uma educação do campo de qualidade (FOERSTE, 2006) apóia-se em pressupostos que requerem do professorado conhecimentos que favoreçam processos investigativos, de sistematização e análise de dados sobre realidades locais com vistas à valorização das identidades, culturas e traços sócio-lingüísticos dos grupos étnicos com os quais interage.

Ocorre que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 9.394/1996 determina a obrigatoriedade da formação superior específica para atuar em magistério (educação básica). O referido curso de Licenciatura em Pedagogia possibilitou a um expressivo número de professores dos municípios capixabas formarem-se na Universidade pública em nível de graduação. Contudo, por força de lei, era preciso atender às demandas dos profissionais de ensino por formação continuada em nível de pós-graduação.

O curso de graduação de fato representou um importante avanço no processo de profissionalização do magistério em terras capixabas, com impactos destacados nos contextos

locais, sobretudo na região norte do Estado, onde o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB são muito baixos. Ressalta-se que em 50 anos de história da única Universidade pública neste Estado, esta constituiu-se como iniciativa ousada que possibilitou uma efetiva interiorização e descentralização dos programas de formação do magistério. O currículo prescrito da licenciatura em questão apresentou perfil generalista, não favorecendo ao professor dimensionar, a partir de seu contexto e trabalho, questões relacionadas ao modo de produção, cultura, etnia e bilinguismo, de forma desejável para implementação de propostas educativas assentadas em pressupostos de sustentabilidade. O processo de socialização docente pressupõe práticas colaborativas (FOERSTE; LÜDKE, 2004; FOERSTE, 2005), a partir das quais se estabelecem trocas de saberes entre segmentos institucionais diversos interessados no resgate da profissão docente. A colaboração é compreendida como parceria entre Universidade, Secretarias de Educação (Estadual e Municipais), organizações da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais), impulsionando a formação inicial e continuada do magistério.

A problemática investigada no *Projeto de Formação Continuada de Professores do Campo* definiu-se a partir de demandas de formação de professores para atuar em contexto campestre, o qual tem especificidades étnicas, culturais, bilinguismo e o modo de produção como balizadores de uma proposta de educação de qualidade. Os objetivos da formação focavam a pesquisa, visto que buscava diagnosticar demandas de formação continuada junto a professores do campo em municípios do interior do ES. A formação possibilitou elaboração de material educativo que apresentou síntese do aporte teórico-prático que fundamenta discussões acerca da interculturalidade e educação do campo, voltado ao contexto capixaba. As temáticas discutidas envolveram três grandes eixos, a saber:

Educação do campo	Contextualização histórica das lutas por Educação do Campo. Políticas Públicas de Educação do Campo. Agroecologia e desenvolvimento sustentável. Propostas pedagógicas de Educação do Campo (Centros Integrados de Educação Rural - CIERS, Escolas Família Agrícola - EFAS, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Movimento Sem Terra - MST, etc.).
-------------------	---

Interculturalidade e interdisciplinaridade.	Interculturalidade e Multiculturalismo: definição de conceitos. Interdisciplinaridade. Aspectos históricos da Etnia Pomerana e Quilombola no Estado do Espírito Santo. Escolarização entre descendentes de diferentes etnias presentes nos municípios implicados. Leitura e escrita. Variedade e preconceito lingüístico.. Educação e meio ambiente.
O Projeto Político-Pedagógico	O Projeto-Pedagógico como Articulador das Ações de Ensino e Aprendizagem e como Articulador da Comunidade e a Escola. Escolas em Comunidades camponesas: especificidades na construção do conhecimento; O Projeto Político-Pedagógico como balizador das ações da comunidade escolar: interculturalidade e interdisciplinaridade.

Em 2008 este projeto piloto foi transformado em Programa de Educação do Campo/UFES tendo já formado, em nível de aperfeiçoamento, cerca de 500 profissionais do ensino. Contou com a colaboração de formadores da UFES e Secretarias Municipais de Educação dos Municípios parceiros. Consolidaram-se coordenações de educação do campo nos respectivos municípios. A participação de pós-graduando do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação/UFES constitui importante contribuição. Todos os textos do material didático foram revisados por colaboradores, compilados posteriormente¹ e formatados graficamente², resultando no Caderno I de Formação de Professores do Campo³ e Caderno II de Formação de Professores do Campo. O material foi editado pela Editora do PPGE em parceria com Gráfica Universitária da UFES.

¹ Foram organizadores dos cadernos o Professor Dr Erineu Foerste/DLCE/UFES, Professora Dra Gerda Margit Schütz-Foerste/DLCE/UFES e Andréia Chiari Lins (mestranda/PPGE/UFES).

² O projeto gráfico foi realizado por Andréia Chiari Lins (mestranda/PPGE/UFES).

³ Os textos do Caderno I foram agrupados em duas partes e nos anexos. A primeira parte é composta pelos textos do Módulo I e a segunda parte pelos textos do Módulo II. Os anexos agruparam os textos que compunham os respectivos anexos dos Módulos I e II.

Desde as primeiras fases do desenvolvimento do projeto foram realizados encontros no Centro de Educação/UFES para estudos, planejamento e avaliação dos trabalhos desenvolvidos. Professores da Universidade, alunos de graduação e pós-graduação tomaram parte com interesse nesses encontros. Vale ressaltar a presença da Secretaria de Estado de Educação - SEDU, com contribuições significativas nos debates e encaminhamentos.

Os parceiros municipais e a SEDU destacam que este projeto de formação continuada de professores do campo apresenta importantes impactos no âmbito da educação campesina. Os trabalhos coletivos dos docentes são um aspecto relevante, uma vez que se constituíram grupos de estudos para encontros programados na Universidade e nos contextos locais, o que vem favorecendo reflexões com vistas à construção do projeto pedagógico de cada escola. Os professores reconhecem que os debates suscitados a partir do material de formação do curso sobre as especificidades curriculares na educação do campo são relevantes. É preciso que eles sejam considerados pelos professores que trabalham em contextos campesinos, na medida em que se busca estimular discussões nas comunidades locais para implementar ações afirmativas de sustentabilidade de base agroecológica.

Realizaram-se seminários em Vitória e nas respectivas comunidades, entre os quais destaca-se o *I Seminário: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos*, ocorrido no dia 24 de agosto de 2007 no Centro de Educação/UFES, com presença de cursistas de todos os municípios parceiros e convidados observadores de outros municípios, potenciais parceiros interessados em tomar parte do programa.

Curso de Especialização em Educação do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos

Em 2009 foi iniciado o Curso de Especialização Lato Senso em Educação do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB (total de 10 Polos UAB/ES, a saber: Afonso Cláudio, Aracruz, Domingos Martins, Mantenópolis, Nova Venécia, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Mateus e Vargem Alta). O curso foi ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal

do Espírito Santo – PPGE/CE/UFES para 350 professores do campo. O curso envolveu 30 professores da Universidade, 10 tutores EAD e 20 tutores presenciais.

Os cursistas da especialização foram, em grande parte, ex-alunos do Curso de Pedagogia EAD, ofertado pela UFES a partir de 2001, através do Núcleo de Educação Aberta e a Distância – NEAD/UFES, e/ou alunos que tomaram parte da formação continuada de professores do campo, iniciada em 2005.

Periodicamente foram realizados seminários regionais para discussão de temas relacionados aos eixos do estudo. As trocas de experiências passaram a representar importante soma na construção de novas perspectivas de Educação do Campo. Especialmente quando a realidade das escolas campesinas capixabas tem produzido experiências singulares na solução de problemas, as trocas passam a significar fator de multiplicação, ampliando grandemente o alcance das conquistas antes restritas a um pequeno grupo. Isso se deve principalmente ao fato das Secretarias Municipais de Educação, parceiras do Programa de Educação do Campo/UFES, terem implementado coordenadorias locais de educação do campo com participação da universidade e movimentos sociais, objetivando a construção coletiva do projeto político e pedagógico da educação do campo.

Os encontros para troca de experiências e de estudo possibilitaram a quebra de preconceitos, como no caso da aproximação de professores de classes multisseriadas, monitores de escolas-família, professores de escolas agrotécnicas, professores de comunidades indígenas, professores de comunidades quilombolas, professores de comunidades pomeranas e professores de escolas de assentamento do Movimento Sem Terra - MST, entre outros.

Em novembro de 2010 os grupos de formação continuada participaram do II Seminário de Educação do Campo, no Teatro Universitário da UFES. Eles apresentaram resultados de seus projetos de intervenção relacionados aos eixos temáticos (educação do campo, interculturalidade, interdisciplinaridade etc.), sendo avaliados por banca examinadora. Este seminário representou a culminância de dinâmico e intenso trabalho nos pólos e respectivos grupos de estudo nas Secretarias Municipais de Educação. Esses encontros foram considerados como importante fator de mobilização política dos professores do campo. Foram envolvidos pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade, formadores nos polos, equipes coordenadoras das Secretarias Municipais de Educação e da

Secretaria de Estado de Educação do ES, professores do campo de modo geral e lideranças de movimentos sociais. Os parceiros reconhecem que este tipo de trabalho interinstitucional fortalece práticas e laços de cooperação entre Prefeituras, Estado, movimentos sociais, Universidade e, sobretudo, escolas de ensino básico.

Equipes pedagógicas das respectivas secretarias municipais de educação, especialmente os professores do campo que tomaram parte do Programa de Educação do Campo/UFES (cursos de aperfeiçoamento e curso de especialização), avaliaram com muita propriedade os trabalhos desenvolvidos até o momento. Eles afirmaram que a consolidação da prática de pesquisa e da formação continuada na perspectiva interinstitucional não só favorece o processo de socialização profissional docente, como também fortalece a construção coletiva da escola pública de qualidade para todos.

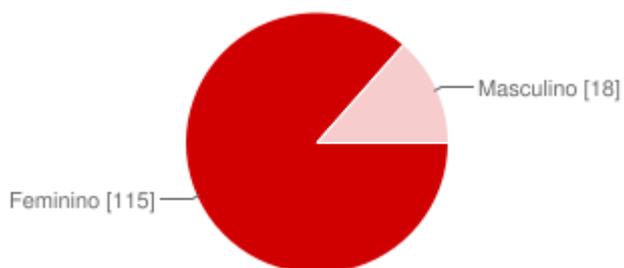
Programa Educação do Campo/UFES: Uma reflexão avaliativa

O programa atende até o momento 48 de um total de 78 municípios capixabas. A realidade é campezina e na sua grande maioria os professores consideram-se profissionais do ensino no campo. Cerca de 20% dos professores residem no campo e trabalham em escolas localizadas na assim chamada zona rural, conforme critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Os grupos de estudos no âmbito do Programa de Educação do Campo/UFES consideram que, no caso do Estado do ES, praticamente somente a região metropolitana de Vitória não apresenta um processo produtivo tipicamente campezino. Consideram então que o desafio da construção da escola do campo, no caso do ES, diz respeito a todos os municípios. As escolas em que atuam os professores em processo de formação continuada, conforme podemos verificar no gráfico que segue, residem em diferentes espaços, mas todos são sujeitos históricos em uma mesma realidade, isto é, o mundo campezino. Do total de 350 cursistas foi tomada uma amostragem de 133 professores.



Na sede do município	30	21%
Em distrito/comunidade do município	40	28%
Em propriedade rural	39	27%

Participam em grande parte da formação mulheres de aproximadamente 20 a 40 anos, conforme verificamos no gráfico e tabela que seguem.



De 20 a 30 anos	40	28%
De 31 a 40 anos	61	43%
De 41 a 50 anos	29	20%
De 51 a 60 anos	3	2%
Mais de 61 anos	0	0,00%

Na avaliação encaminhada pelos grupos destacamos a importância do curso no resgate da autoestima e na socialização profissional dos professores, conforme este relato:

Acreditamos que esse Projeto foi de grande valia para o desenvolvimento intelectual de nós professores. Enfatizamos que esta afirmação baseia-se nos assuntos que foram contextualizados nas diversas reuniões que tivemos com o objetivo de concluir esse curso de Formação Continuada (Diário de campo, 2010)

Por se tratar em boa parte de formação de professores contratados pelas Secretarias Municipais de Educação, sendo muitos dos formadores membros das equipes locais das Secretarias Municipais de Educação, os docentes-cursistas aderiram inicialmente de maneira explícita ao curso para obter certificação pela Universidade e consequente progressão profissional. Contudo, as discussões diferenciadas, propostas a partir de temas especialmente relacionados ao modo de produção campestre e questões sobre interculturalidade, sustentabilidade e agroecologia, redimensionaram as expectativas e o debate, visto terem relação com a realidade em que atuam. Na avaliação dos gestores municipais esta questão é assim analisada:

De início, os cursistas perceberam que muitos de nossos docentes faziam o curso somente como forma de se obter mais um certificado, que simplesmente serviria para enobrecimento de sua carreira profissional. No entanto, com o desenrolar do curso, verificamos que muitos docentes verdadeiramente se interessaram pelos assuntos discutidos e, conseqüentemente, esse interesse motivou a necessidade de pesquisa para aprofundamento teórico e prático. Foi, então, que surgiram debates e discussões para que pudéssemos chegar a um consenso mínimo para a construção do PPP da educação campo (Avaliação da SEMED de Vila Pavão).

Experiências inovadoras foram compartilhadas entre as Secretarias Municipais de Educação e equipes da Universidade. Como um dos exemplos, destaca-se a criação dos Centros Municipais de Educação Agroecológica de Vila Pavão, situados em três regiões estratégicas de produção da agricultura familiar (Praça Rica, Córrego do Quinze e Todos os Santos). No início de 2009 foi criado o Departamento de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Vila Pavão. Em Domingos Martins, além do fortalecimento da coordenadoria da educação do campo, foram inicialmente organizados três pólos de formação continuada de

professores do campo (nos distritos de Ponto Alto, Aracê e Biriricas), dada a grande procura por formação continuada por parte dos professores. Laranja da Terra e Santa Maria de Jetibá reeditaram o curso, estendendo a formação para a totalidade dos professores da rede municipal. As Secretarias Municipais de Educação promoveram discussões e muitas implementaram coordenações específicas de educação do campo.

As discussões sobre educação do campo são urgentes, visto que os professores acumularam saberes a partir das práticas e necessitam socializar suas problemáticas na busca de aprofundamento teórico e prático. As práticas colaborativas a partir do trabalho interinstitucional mostraram a importância da construção coletiva de propostas viáveis para problemas enfrentados pelos professores do campo, em diferentes contextos regionais do ES, expuseram a fragilidade da formação inicial das equipes de profissionais do ensino e formalizaram demandas de formação continuada. Sobretudo, o Programa de Educação do Campo/UFES fortaleceu a necessidade da busca pela qualificação docente voltada à realidade campestre. Os professores querem e reivindicam formação de qualidade que respeite saberes locais, ao mesmo tempo em que viabilizem políticas públicas de valorização da profissão docente, especialmente rompendo com estereótipos e preconceitos que marginalizam culturas, identidades e saberes do homem do campo. O trabalho interinstitucional favoreceu a problematização e a possível quebra de perspectivas educacionais etnocêntricas e excludentes, quando professores que atuam em comunidades especificamente pomeranas (Domingos Martins, Vila Pavão, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá) desafiaram-se a construir projetos políticos e pedagógicos de educação intercultural em contextos campestres diferenciados. Trata-se de uma prática pedagógica que se deixa desafiar pela descoberta dos saberes da terra, da educação do campo como práxis de humanização da terra e dos sujeitos históricos. A educação como poiesis, conforme já discutimos em outro lugar (FOERSTE, 2008), problematiza o currículo na sua base como conhecimento universal, que nega os chamados saberes não sistematizados pela ciência.

Algumas considerações para continuidade do debate

A partir das ações desenvolvidas pelo Programa de Educação do Campo/UFES houve oportunidade para discutir aspectos das lutas dos trabalhadores do campo como sujeitos de

direito. Aprofundaram-se abordagens sobre povos, territórios, sustentabilidade, saberes da terra, culturas e identidades campesinas, movimentos sociais.

Nas comunidades campesinas identificam-se dogmas, mitos, tabus e ideologias. Alguns já foram derrubados, outros persistem como verdades absolutas. Nesse sentido, acreditamos que o maior tabu que essa formação continuada através da parceria interinstitucional aniquilou foi o preconceito contra os trabalhadores sem-terra e outros movimentos sociais campesinos. Pois, anteriormente eles eram vistos como baderneiros, assassinos, entre outros adjetivos pejorativos. Tivemos oportunidade para derrubar a ideologia de que a educação da cidade é melhor que a educação em contextos campesinos. Ora, vimos que é realmente possível termos uma educação de qualidade no campo e esta educação do campo precisa ser peculiar, precisa valorizar o que o campo tem de melhor, e precisa, principalmente, mostrar que é possível, sim, viver no campo, viver do campo e ter orgulho disso (Depoimento de Educador do Campo Cursista de Laranja da Terra).

O Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo consolidou trabalhos colaborativos interinstitucionais de pesquisa, extensão e ensino ao trabalhar a problemática da educação em contextos campesinos. Essa perspectiva de produção acadêmica favoreceu a criação do Programa de Educação do Campo/UFES, que hoje oferece cursos de extensão e pós-graduação na formação continuada de professores que atuam na educação do campo.

Na fala de um Educador do Campo, cursista de Domingos Martins, inicialmente a dificuldade maior era mudar a ideia de que a educação do campo não era inferior, mas era uma proposta de ensino construída coletivamente, a partir das culturas e saberes da terra. Ela é válida e de suma importância para a realidade dos sujeitos que vivem no campo.

Um limite a ser vencido é o baixo acesso a direitos sociais das pessoas que vivem no campo, entre os quais se destaca a educação pública de qualidade para todos. Faltam políticas no sentido de apoiar aos agricultores que vivem no campo e do campo. Políticas que aumentem a produção da agricultura familiar, garantindo sua sustentabilidade. Há que se implementar ações no sentido de garantir infraestrutura ao homem do campo para impulsionar o processo produtivo agroecológico e comercialização da produção.

É válido destacar que a Lei Orgânica Municipal de Laranja da Terra, aprovada em 1990, garante em seu Artigo 158 que pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos financeiros do município deveriam ser aplicados na agricultura familiar. No ano posterior, no entanto, o referido artigo foi modificado, sendo que o percentual a ser aplicado no setor

passou a ser de acordo com a vontade do poder executivo, isto é, de 01 (um por cento) a 10% (dez por cento) do total da arrecadação. Essa alteração representa a perda de um direito já conquistado anteriormente. É nesse contexto que se realizam embates neste município em particular por uma educação do campo diferenciada.

A fragilidade das políticas públicas em relação à carreira dos profissionais do ensino é considerada uma questão problemática, que dificulta o trabalho docente na educação do campo. Não são feitos concursos públicos há muitos anos. Isso significa na prática que o contrato de trabalho dos professores se dá em caráter precário, não garantindo estabilidade profissional. A cada novo ano o vínculo com o município se encerra. Os docentes iniciam o ano não sabendo ao certo se o contrato será renovado. Na verdade as escolas acabam também não consolidando projetos políticos e pedagógicos, uma vez que as equipes de trabalhadores do ensino nas escolas são praticamente renovadas anualmente. Como construir uma escola pública de qualidade para todos se os professores não contam com estabilidade em suas carreiras?

Avaliações preliminares da parceria na formação continuada de professores do campo constataram que as metas vêm sendo alcançadas com êxito. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos de forma a possibilitar práticas colaborativas na perspectiva interinstitucional, com trocas significativas de saberes entre as escolas, a academia e movimentos sociais. Trata-se de prática dialógica (BAKHTIN, 1991), construída na diferença.

A particularidade e complexidade que envolve o presente programa (sobretudo com adesão crescente de secretarias municipais e movimentos sociais) e o exíguo espaço de tempo para se desenvolver trabalho tão abrangente e multifacetado, levam-nos a avaliar preliminarmente que as metas vêm sendo alcançadas com êxito. Observa-se um fortalecimento do processo de profissionalização docente e a construção de projetos diferenciados de educação do campo em contextos campestres específicos, em diferentes regiões do Estado do Espírito Santo. Portanto, a utilização de novas tecnologias é uma ferramenta eficiente para o trabalho em parceria da universidade com outros setores da sociedade (órgãos de governo e sociedade civil organizada) na formação inicial e continuada de profissionais do ensino no campo e nas cidades, possivelmente fortalecendo movimentos de valorização do trabalho do magistério em nosso país.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Huicitec, 1991.

BOHNSACK, R. **Rekonstruktive Sozialforschung: Einführung in qualitative Methoden**. Berlin: Opladen, 2003.

FICHTNER, B. (Hrsg.). **Kinder und Jugendliche im Blick qualitativer Forschung: Kulturhistorische Schule, Phänomenologie und Ethnographien Brasilien und Deutschland**. Oberhausen: Athena, 2003.

FLICK, U. **Qualitative sozialforschung: eine Einführung**. Hamburg: Rowohlt, 2010.

FOERSTE, E. Discussões acerca do projeto político de educação do campo. In.: FOERSTE, E.; SCHÜTZ-FOERSTE, G. M.; SCHNEIDER, M. L. D. (Orgs.). **Por uma educação do campo**, Vitória/Brasília: UFES/PRONERA, 2008.

_____. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

FOERSTE, E.; LÜDKE, M. Avaliando experiências concretas de parceria na formação de professores. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, v. 8, n. 4, pp. 163 – 182, dez. 2003.

FOERSTE, E. et al. **Pedagogia da Terra** – Uma avaliação da experiência da Universidade Federal do Espírito Santo (Relatório Final de Pesquisa). Vitória/Brasília: PPGE-UFES/PRONERA-INCRA, 2004, 93p.

FOERSTE, E.; SCHÜTZ-FOERSTE, G. M. Qualitative Sozialforschung über die Bildung auf dem Land in Brasilien. In: **Binational conference on Subject constitution and inclusion**. Siegen/Vitória/São Paulo, INEDD/PPGE – UFES/PPGE – USP, 2011, pp. 1-13.

FONET-BETANCOURT, R. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MERLER, A.; CALARI, R.; FOERSTE, E.; PAIXÃO, L. M. (Orgs.). **Educação do campo:** diálogos interculturais em terras capixabas. Vitória: EDUFES, 2013.

NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. In: **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 14-31.

SEMERARO, G. **Libertação e hegemonia:** realizar a América Latina pelos movimentos sociais. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.